

PRESENTE NA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
- 29.02.2024 -



Município da  
Marinha Grande

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

# **ATA N.º 06**

# **SESSÃO ORDINÁRIA**

# **29.09.2023**

**MANDATO 2021/2025**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE  
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2023**

-----  
Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, **sob a presidência** de Aníbal Manuel Curto Ribeiro e secretariado por, Ana Paula Duarte Cardoso primeira-secretária e Carlos Manuel Moutinho Laranjo segundo-secretário, **reuniu na modalidade presencial**, no auditório do edifício da Resinagem, sito na Praça Stephens, **em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Marinha Grande** com a seguinte ordem de trabalhos: \_\_\_\_\_

1. **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.ºs 4 e 5/2023**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; \_\_\_\_\_

2. **APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RUIÍDO DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PROPOSTA FINAL**, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; \_\_\_\_\_

3. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. \_\_\_\_\_

**v v v v v**

Para além dos membros da Mesa, marcaram presença os seguintes deputados: \_\_\_\_\_

-----  
**Bancada do Mais Movimento pela Marinha (+MPM):** Carlos Wilson da Silva Batista, Carlos Jorge Dias Alves, Lisa Manuela Bordalo Barata, Jorge Manuel Domingues Fragoso Brígido, Ângela Domingues de Sousa, João Luís Gomes Ribeiro de Sousa e Edgar Wilson Ramos da Silva Batista; \_\_\_\_\_

-----  
**Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):** João Pedro Leal Norte, Susana Paula Ribeiro Domingues, Maria Clementina Loureiro Esperança, Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro e Lino Jorge Lopes Fragata; \_\_\_\_\_

-----  
**Bancada do Partido Socialista (PS):** Cláudia Fabiana Gaspar de Brito Perfeito, Rafael da Costa Almeida, Ana Luísa Carneira Martins e Joaquim António Paiva Rodrigues; \_\_\_\_\_

-----  
**Bancada do Partido Social Democrata (PSD):** Manuel José Cardoso Santos; \_\_\_\_\_

**Bancada do Bloco de Esquerda (BE):** Nuno Miguel Lopes Machado; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

e ainda os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Marinha Grande:** Maria das Neves Gaspar Oliveira (+MPM); \_\_\_\_\_

**Moita:** Franclim de Sousa Ventura (CDU); \_\_\_\_\_

**Vieira de Leiria:** Álvaro Pinto Cardoso (PS). \_\_\_\_\_

**v v v v v**

Estiveram ainda presentes, pelo **Órgão Executivo**, o Presidente da Câmara Municipal, Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, os Vereadores João Emanuel de Brito Filipe, António Fragoso Henriques e Orlando Jóia Santos Costa, e as Vereadoras Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, Ana Laura Lopes Rogério Baridó e Lara Marques Lino. \_\_\_\_\_

**v v v v v**

De acordo com o disposto no art.º 49.º do Regimento, foram ainda **admitidas as respetivas substituições** dos seguintes deputados: Ana Catarina Sousa da Silva Carlos (PS) pela deputada Ana Luísa Cardeira Martins (PS), Artur Jorge Rosa dos Santos (+MPM) pelo deputado Carlos Manuel Moutinho Laranjo (+MPM), Luís António Geria Barreiros (CDU) pela deputada Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro (CDU), João Cravo Nunes da Silva Granja (+MPM) pela deputada Ângela Domingues de Sousa (+MPM), Vanessa Andreia Feliciano e Rocha (+MPM) pelo deputado João Luís Gomes Ribeiro e Sousa (+MPM), Filipe Ferreira Duarte (CDU) pelo deputado Lino Jorge Lopes Fragata (CDU), Francisco Manuel de Jesus Soares (PS) pelo deputado Joaquim António Paiva Rodrigues (PS) e Cristina de Jesus e Sousa (+MPM\_PJMG) pela Secretária da Junta Maria das Neves Gaspar Oliveira (+MPM\_PJMG). \_\_\_\_\_

**v v v v v**

Após a verificação da existência de quórum, com a presença de vinte e quatro deputados, nos termos do disposto no artigo 11.º do Regimento, pelas vinte horas e trinta e nove minutos, o **Presidente da Mesa**, Aníbal Curto Ribeiro, declarou aberta a sessão. \_\_\_\_\_

**v v v v v**

\_\_\_\_\_

**ANTES DA ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa declarou aberto o período antes da ordem do dia pelas vinte horas e quarenta e quatro minutos. \_\_\_\_\_

**v v v v v**

Usou da palavra, a **deputada Susana Domingues (CDU)** que referiu que foi solicitado a apresentação mensal de um relatório sobre a habitação social na Marinha Grande, referindo ainda

que, da parte do executivo camarário, não foi dada informação sobre as ações em matéria de habitação social e arrendamento a custos acessíveis e associados. De seguida apresentou, em nome da bancada da CDU, a seguinte Moção:

### **“MOÇÃO**

#### **Tomar medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação**

O acesso à habitação transformou-se nos últimos anos, numa questão grave que afeta muitos dos nossos cidadãos, designadamente jovens. Os problemas de acesso à habitação assumem uma envergadura a exigir medidas eficazes que contenham a dinâmica especulativa e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.

Medidas que precisam de enfrentar os interesses do investimento imobiliário especulativo e a usura do capital financeiro, em particular da banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro, agora novamente agravadas pelo Banco Central Europeu, e já com o alerta do Banco de Compensações Internacional - o banco dos bancos centrais - para a possibilidade de novos aumentos, e de dar resposta às dificuldades de centenas de milhares de famílias.

Medidas que, para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis, garantam uma intervenção pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

As medidas que o Governo aprovou para reduzir a pressão ofegante sobre os mutuários, sendo um alívio passageiro nas contas domésticas mensais, não resolvem o problema, limitando-se a adiá-lo por, no máximo, dois anos, limite temporal selecionado com base em perceções subjetivas sobre a evolução económica internacional, período ao fim do qual as contas terão de ser pagas em cúmulo. Estas medidas são insuficientes, iníquas e acabam por ser um subsídio indireto ao lucro dos bancos. As medidas necessárias não se encontram no chamado pacote "Mais Habitação". Este programa, tal como outros programas governamentais anteriores, não assegura nem o necessário investimento público nem a regulação de um sector que está hoje refém dos grandes interesses que dominam o mercado da construção.

Os milhões do PRR não podem servir para criar ilusões, mas para arranjar soluções. O caminho para resolver democraticamente e com eficiência os problemas não é enveredar pela desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando enxotar para estes a solução de um problema sério e vasto que carece de uma resposta coerente, eficaz e no respeito pelo princípio da igualdade em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que os municípios são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação, se o queremos resolver, impõe a assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe

cabem, designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento, invertendo a prática que há muito se mantém ano após ano.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande reunida em sessão ordinária em 29 de Setembro de 2023, delibera por unanimidade:

- Apelar ao Governo para que adote medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros excessivos e imorais o aumento das taxas de juro, a par com a adoção de uma moratória que isente temporariamente de pagamento a parcela de capital;
- Reclamar uma intervenção governamental que vise a descida do valor das rendas, fixando um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos a serem celebrados no próximo ano) de 0,43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como o alargamento da duração mínima dos contratos e a estabilidade contratual.

Mais delibera remeter a presente moção à Assembleia da República, a Sua Excelência e Primeiro-Ministro, à Ex.ma Ministra da Habitação e à comunicação social.

Marinha Grande, 29 de Setembro de 2023

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Marinha Grande.”

**Esta Moção foi aprovada por maioria com 17 votos a favor e 7 abstenções**

**v v v v v**

Usou da palavra, o **deputado Franclim Ventura (CDU\_PJFM)** que referiu que o painel eletrónico, na Freguesia da Moita, está avariado desde 2022, questionando se o mesmo voltará a funcionar. Referiu que a Junta de Freguesia teve conhecimento, através de uma nota de imprensa do Município, que a Câmara Municipal iria efetuar pavimentações na Freguesia da Moita, solicitando informação se as mesmas irão contemplar a aplicação de condutas de abastecimento de água, coletores de saneamento básico e pluvial e passeios pedonais. Mais referiu que o lugar Brejo de Água não tem abastecimento de água potável e a Rua do Vale e a Rua 5 de Outubro não têm coletor de saneamento e são acessos a empresas instaladas na zona industrial do lado Poente. Fez alusão à publicação, em nota de imprensa, de que a Proposta de Revisão do PDM era o resultado da auscultação às juntas de freguesia, entre outras entidades. Por esse motivo informou que a Junta de Freguesia da Moita não foi auscultada para contribuir com propostas, muito menos no que à Freguesia diz respeito, sendo apenas e só convidados para uma reunião onde verificaram que a revisão do PDM já se encontrava em fase de apresentação da proposta final, demonstrando a sua surpresa pela desistência da ampliação da zona industrial do Casal da Lebre para Sul, passando a opção para norte, informando que a Junta de Freguesia não subscreve a proposta final

que antecede a discussão pública, continuando a defender o alargamento a sul da atual Zona Industrial. Mais solicitou informação sobre a data de início das obras no edifício que servirá de Lar de Idosos da associação de São Silvestre.

**vvvvv**

Usou da palavra, o **deputado Álvaro Cardoso (PS\_PJFVL)** que referiu que, em Reunião de Câmara, o sr. Presidente da Câmara deferiu um conjunto de acusações, insinuações e considerações sobre a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, contra o seu executivo e mormente contra o seu presidente, em instância onde os mesmos não têm assento, ficando assim os visados impedidos do contraditório de direito à defesa da sua honra. Por esse motivo teceu várias considerações sobre a proposta de intervenção em três ruas da Freguesia, fazendo alusão às tomadas de posição assumidas pelo executivo camarário relativamente ao decorrer deste processo.

**vvvvv**

Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que começou por fazer referências a algumas promessas eleitorais efetuadas pelo +MPM, referindo que ainda se continua à espera da sua concretização pois o que tem sido concretizado são obras iniciadas ou projetadas por anteriores executivos sendo que, as obras feitas e pensadas por este executivo são de valor meramente residual não terá sido, certamente, pela não aprovação imediata do orçamento de 2020. Referiu ainda que, fazendo-se um balanço rápido destes dois anos de governação do +MPM, vê-se que a Marinha Grande não mudou, estando pior ou igual aos últimos anos e, tudo aquilo que se criticava aos anteriores executivos, é agora apresentado como algo normal e é a maneira mais correta de se fazer. Mais referiu que, atualmente, se vive um sentimento entre os munícipes e os próprios trabalhadores da Câmara de insatisfação e desmotivação, fazendo alusão a que os mesmos se sentem enganados porque a luz ao fundo do túnel, alimentada por falsas e demagógicas promessas, não era mais que o comboio que vinha de frente. Fez alusão, ainda, ao tempo médio de espera de 18 meses para obtenção de um parecer a uma licença da Câmara, relativamente aos processos de obras. Referiu que o Bloco de Esquerda apresentou, em tempos, uma Moção para que fossem integradas verbas no orçamento que possibilitassem prestar apoio aos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, para a aquisição de novas viaturas essenciais ao seu desempenho de funções, sendo as mesmas apelidadas de eleitoralistas, referindo que agora assiste-se à Câmara Municipal a disponibilizar uma viatura para cada corporação. Por esse motivo deixou um louvor por essa medida.

**vvvvv**

Usou da palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que solicitou informação sobre a retirada da estátua da Praça do Vidreiro. Solicitou, também, informação sobre a conclusão das obras da adutora e sobre como decorreu o evento “Noites Brancas”.

**vvvvv**

Usou da palavra, o **deputado Lino Fragata (CDU)** que apresentou, em nome da bancada da CDU, a seguinte Moção:

### **“MOÇÃO**

#### **Tomar medidas pela mobilidade entre Leiria e Marinha Grande**

Considerando que:

- O Eixo Leiria-Marinha Grande é a locomotiva económica do Distrito de Leiria e conforma um dos mais dinâmicos polos industriais do país;
- O Eixo se estrutura em boa medida com a Estrada Nacional 242;
- O troço da Estrada Nacional 242 entre Leiria e Marinha Grande está há muito sem capacidade de resposta às horas de maior movimento entre as duas cidades;
- A própria variante da Barosa ficou logo desde que foi construída subdimensionada para a quantidade e natureza do tráfego que a percorre;
- No Verão, mesmo aos domingos e feriados, o tráfego entre Leiria e Marinha Grande, por ser acesso mais curto e direto a algumas das mais procuradas praias da região, conhece momentos de saturação;
- A A8, pelos locais de acesso à Marinha Grande e por ser paga, não é alternativa à EN 242;
- O cruzamento no acesso à Barosa e à área de localização empresarial da Carreira de Água é perigoso;
- O pavimento em parte do percurso se encontra em mau estado;
- As entradas em Leiria e na Marinha Grande engarrafam desmedidamente;
- Há milhares de pessoas que diariamente se deslocam em movimentos pendulares entre Leiria e Marinha Grande e vice-versa;
- Com este perfil da via, nas circunstâncias atuais de tráfego, os transportes coletivos de passageiros não podem ser a alternativa válida nas horas de maior movimento e que isso mesmo fez remeter o futuro serviço rápido de autocarro para a A8.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária em 29 de Setembro de 2023, delibera:

1. Exigir à Infraestruturas de Portugal (IP) que proceda o mais rapidamente possível à reabilitação do pavimento no troço degradado, ou seja, entre o nó com o IC2 em Leiria e a rotunda de acesso à A8 na Marinha Grande;

2. Solicitar à IP que estude as possibilidades e elabore com carácter de urgência um projeto para requalificação e reperfilamento da via em toda a sua extensão, em estreita articulação com as câmaras municipais de Leiria e Marinha Grande;
3. Reclamar a construção da rotunda ou outra solução nodal no cruzamento da Carreira de Água sem mais delongas;
4. Exigir ao Governo apoio financeiro aos municípios de Leiria e Marinha Grande para que possam reformular as entradas nas cidades e criar as necessárias vias distribuidoras de tráfego;
5. Recomendar à Câmara Municipal da Marinha Grande que elabore os estudos técnicos necessários para encontrar as soluções que conduzam à redução da confluência de tráfego proveniente de Leiria e Barosa.

Mais delibera remeter a presente moção à Assembleia da República, a S. Ex.a o Sr. Primeiro-Ministro, ao Ministério das Infraestruturas e à comunicação social local e nacional.

Marinha Grande, 29 de Setembro de 2023

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Marinha Grande.”

#### **Esta Moção foi aprovada por unanimidade**

**v v v v v**

Usou da palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que referiu que, 2 anos após as eleições, a política local da Marinha Grande atravessa um momento conturbado onde a ética e o compromisso parecem ter sido relegados para segundo plano, referindo que a política na Marinha Grande precisa de transparência, compromisso, integridade e foco nas necessidades da população. Referiu que foi eleito, como suplente, para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, aceitando com dedicação e com a esperança de poder contribuir para o futuro do Concelho mas, a experiência, não correspondeu ao que lhe foi prometido, referindo que em reunião onde foi apresentada a versão final do PDM, solicitou o envio da documentação de suporte para uma análise mais aprofundada e, apesar da promessa, continua à espera da mesma. Em relação ao convite para a apresentação da revisão do PDM na CCDR em Coimbra, em julho, informou que não teve qualquer tipo de informação, tais como, se a reunião ocorreu ou não, se foi adiada e se no mês de setembro a população iria ser ouvida. Referiu que se deparou com uma devastação desmedida de árvores no pinhal, atrás da empresa YUDO, sendo informado que o propósito é instalação de painéis solares mas, na reunião da revisão do PDM tinha sido dito que essa área estava destinada ao alargamento da zona industrial do Casal da Lebre. Por esse motivo questionou se se está a proceder a um reajuste do PDM antes da conclusão da revisão do mesmo. Fez ainda referência às implicações diretas, para os concidadãos, com a instalação de uma Central de Biometano na freguesia de Coimbrão, situada junto à ETAR Norte, com a finalidade de converter efluentes

suinícolas em energia renovável, solicitando , assim, informação sobre quais as oportunidades económicas, enunciadas pelo Sr. Presidente da Câmara, e como é que a população da Marinha irá beneficiar, das mesmas. Propôs ainda, em nome da bancada do PS, a isenção de IMI para os residentes contíguos a grandes empresas, nomeadamente a Vidrala/Ricardo Galo, Vidrala/Santos Barosa como forma de os compensar pelos inconvenientes e perturbações causadas. Referiu, também, que o trabalho conjunto requer transparência, comunicação eficaz e respeito mútuo e que a Marinha Grande merece um PDM que reflita as necessidades e aspirações de todos os seus habitantes.

**vvvvv**

Usou da palavra, o **deputado Carlos Wilson (+MPM)** que referiu que faz 2 anos que o +MPM ganhou as eleições na Marinha Grande, deixando um agradecimento ao executivo pela sua dedicação, resiliência e paciência pois sabia-se que não ia ser fácil moldar as pessoas a novos métodos mais rigorosos e mais técnicos. Referiu ainda que a bancada do +MPM apoiou a eleição do candidato do PS à presidência da Assembleia Municipal porque o +MPM sempre entendeu, que a partilha da responsabilidade autárquica é um valor que deveria servir de orientação a todos os políticos. Referiu ainda que, nos últimos 2 anos, emergiram novos valores, com novas abordagens no mínimo inusitadas que vão desde os problemas por não aparecerem nas fotos, passando pelo regozijo do aparecimento do MRPP, leia-se Movimento Revolucionário dos Pintores de Paredes, referindo que, para o +MPM, estas situações são ridículas e desinteressantes. Reconheceu, ainda, que existem muitos aspetos a melhorar e é o que esperam os munícipes que, nestes 2 anos de mandato que faltam, consigam superar as dificuldades e apresentar um resultado positivo do seu mandato. Relativamente à imigração referiu que existem mais de 30 nacionalidades a trabalhar na Marinha Grande, por isso, urge criar algumas estruturas de apoio, promover a fiscalização das habitações e condições de vida em que se encontram os imigrantes. Lançou um repto à Câmara Municipal, tendo em conta que a CIMRL representa 10 municípios do distrito de Leiria, ser realizada parceria com as associações industriais e comerciais com o intuito de promover a região nos eventos internacionais, para que a indústria dos vidros, moldes, plásticos, turismo, etc., passasse a ser vista e sentida.

**vvvvv**

Usou da palavra, a **deputada Etelvina Rosa (CDU)** que referiu que os ataques ao Serviço Nacional de Saúde são uma constante, referindo que se deveria por termo à degradação do SAP24 assegurando o seu regular funcionamento como retaguarda do Hospital de Leiria, que se deveria repor o médico retirado da extensão de Saúde de Vieira de Leiria, reabrir a extensão de Saúde da Moita e exigir-se informação, do Ministério da Saúde, dos objetivos pretendidos com a

implementação da unidade local de saúde. Mais solicitou informação ao executivo sobre o que se tem feito para inverter este declínio da saúde no nosso concelho.

**vvvvv**

Usou da palavra, a **deputada Maria Neves (+MPM\_PJFMG)** que apresentou a sua saudação aos membros da Assembleia Municipal desejando votos de um bom trabalho.

**vvvvv**

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu a forma como está a ser dado acompanhamento às questões formais que são colocadas em sessão da Assembleia, que depois não é dado o devido acompanhamento na reunião de Câmara Municipal. Mais referiu que foi solicitada informação sobre o desenvolvimento e evolução das competências transferidas no domínio da educação, que é exigido pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização previsto no decreto-Lei 21/19, à qual o Sr. Presidente de Câmara informou que até 30 de Junho remeteria o relatório, mas até ao momento nada foi remetido. Por esse motivo questionou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal está a acompanhar este tipo de situações. Referiu ainda que, também, foi solicitada informação relativamente à matéria de habitação social, sendo suposto a entrega de uma prestação de contas com uma cadência mensal, mas o facto é que, passaram 3 meses e não foi dada qualquer informação sobre esta matéria. Fez ainda alusão ao que foi dito pelo sr. Presidente da Câmara, a um Jornal, de que está profundamente orgulhoso do trabalho feito, referindo que o que se está a assistir é a uma desagregação completa, questionando qual o motivo do orgulho se será do orgulhosamente sós.

**vvvvv**

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que referiu que, no início do mandato, reuniu com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita onde foram elencadas várias ruas a serem requalificadas e das necessidades da freguesia. Referiu ainda que, as obras que vêm do executivo anterior também são importantes, fazendo alusão ao projeto da adutora que se concluiu estando agora em causa as pavimentações e marcações rodoviárias. Fez ainda alusão a outras obras que foram concluídas neste mandato e que fora iniciadas no mandato anterior, bem como obras novas iniciadas neste mandato.

**vvvvv**

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves Monteiro** que referiu que em relação aos painéis publicitários já foi adjudicado a uma empresa a manutenção dos mesmos. Referiu ainda que ficou muito contente por o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita dizer que se identifica com o projeto da ERPI da S. Silvestre. Em relação ao conjunto escultórico que se encontra na Praça do Vidreiro referiu a intenção de se retirar a estátua, para o Museu Joaquim Correia, com a reabilitação da rotunda. Quanto à questão da delegação de

competências, esclareceu que vai haver uma comissão de acompanhamento de educação no final de outubro e que a informação solicitada ainda não foi disponibilizada porque ainda não está concluída a auditoria do Tribunal de Contas. Em relação às preocupações apresentadas sobre a habitação social, informou que está uma intervenção em curso que vai ser objeto de financiamento por parte da Estratégia Municipal para a Habitação Social.

**vvvvv**

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

**Freguesia da Moita** – Fez menção às ruas que estão a ser requalificadas.

**P.D.M. \_ Moita** – Referiu que a Junta de Freguesia foi auscultada sobre este processo no que diz respeito à freguesia da Moita, referindo ainda o alargamento das zonas industriais previsto no P.D.M..

**Plano Diretor Municipal** – O P.D.M. que está proposto neste momento é um documento que foi à reunião de câmara e que foi discutido com os Srs. Vereadores e com a empresa que fez o projeto sendo a proposta aprovada por unanimidade na Câmara Municipal.

**Freguesia de Vieira de Leiria** – A Câmara teve conhecimento em final de maio de que a junta de freguesia queria fazer a repavimentação de algumas ruas da freguesia. Após contato com os técnicos da câmara, foi solicitado, pelos mesmos, o envio de mais elementos para uma apreciação mais rigorosa, pedido este que a Junta de Freguesia não terá dado andamento. Referiu ainda que só foi rececionado na Câmara um email a dar resposta setembro lamentando a falta de resposta formal.

**Obras no Concelho** – Referiu que foram feitas obras que vinham do passado sendo um trabalho de continuidade não se podendo pensar que se vai fazer trabalhos para 4 anos, mas sim um trabalho para agora e para o futuro. Mais referiu uma obra nova que é a creche da Ivima indo ser assinado o auto de consignação da obra do projeto realizado por este executivo. Referiu ainda o projeto para a residência para estudante na antiga Albergaria Nobre e os Pavilhões da Arte Xávega. Referiu e explicou os ajustes diretos realizados no presente ano.

**Apoio aos Bombeiros** – Referiu que a Câmara fez o apoio aso Bombeiros do Concelho com 2 ambulâncias.

**Moção sobre a Mobilidade** – Referiu que a Moção apresentada consolidado o que já foi realizado por este executivo. Mais referiu que está a ser equacionado a colocação, pela rodoviária do Liz, de um autocarro permanente a fazer o trajeto entre o estádio de Leiria e o estádio da Marinha Grande pela A8.

**Biometano** – Foi um projeto apresentado na Câmara Municipal de Leiria, não tendo sido dado conhecimento à Câmara da Marinha Grande. Foi transmitida informação sobre a situação após solicitação de explicações ao consórcio.

**Centro Saúde da Marinha Grande** – Referiu que se está no bom caminho de se resolver os problemas inerentes ao seu funcionamento.

**vvvvv**

Usou da palavra, o **deputado Franclim Ventura (CDU\_PJFM)** que referiu que a reunião tida na Câmara Municipal, por causa do PDM, foi como sendo uma reunião contributiva para apresentar propostas, mas nunca a Junta de Freguesia da Moita foi convocada para o processo de elaboração do plano de ordenamento da freguesia conforme o estipulado na alínea q), artigo 16º da Lei 75/2003. Referiu ainda a questão do alargamento da zona industrial para Poente poderá vir a prejudicar as populações. Fez alusão à dimensão da zona desarborizada questionando o que será feito nessa zona referindo que a mesma ocupa 2/3 da zona industrial. Referiu ainda que a resposta do Sr. Vereador João Brito não responde às suas questões sobre as pavimentações das Ruas na Moita. Informou que à Junta de Freguesia da Moita não foi dado conhecimento, nem foi consultada sobre as ruas a pavimentar na freguesia, referindo-se que estas situação não ocorriam nos anteriores mandatos pois eram parte integrante do processo, mais referiu que, no mandato passado houve obras na freguesia da Moita e que nestes 2 anos de mandato ainda não houve obras na freguesia.

**vvvvv**

Usou da palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que referiu que os planos e os projetos podem ser alterados mas, têm de ser comunicados, referindo que foi o Sr. Presidente da Câmara que ficou de fornecer as datas das reuniões do PDM, fazendo alusão que não se pode dizer uma coisa e depois contradizer-se com outra. Mais referiu que todas as questões que colocou sobre o PDM, as mesmas não foram respondidas.

**vvvvv**

Usou da palavra, o **deputado Álvaro Cardoso (PS\_PJFVL)** que referiu que, tanto as plantas de localização bem como uma equipa técnica eram cedidos pela Câmara Municipal para execução dos projetos da Junta de freguesia, pois a Junta de Freguesia não tem recursos humanos e técnicos para uma empreitada, solicitando à Câmara, tendo por base um trabalho de cooperação, que ceda esse serviço da parte dos técnicos. Relativamente há a questão da adjudicação da obra de requalificação de ruas na Freguesia de Vieira de Leiria, informou que a obra está adjudicada e aprovada através de deliberação em reunião de Junta, em simultâneo, com a minuta do contrato. Só depois da minuta do contrato, e há prazos definidos no código de contratação pública para a assinatura do contrato, o mesmo pode ir à Junta. Tendo em consideração que o contrato não está assinado, solicitou que se faça rapidamente os contratos Interadministrativos, conforme o solicitado para o orçamento de 2023. Reforçou que a obra está adjudicada mas o contrato

não está assinado, pois não poderá submeter o contrato na base sem o mesmo estar devidamente assinado pelos outorgantes.

**v v v v v**

Terminadas as intervenções no período antes da ordem do dia e por se tratar de uma sessão ordinária, e dando cumprimentos ao estipulado no n.º 1 do artigo 16.º e no artigo 18.º do Regimento, **o Presidente da Mesa** informou que estão reunidas as condições para o período de INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \_\_\_\_\_

---

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---

**v v v v v**

**1 – O Sr. Luís Manuel Dinis Santos**, residente na Marinha Grande, que abordou o assunto relacionado com a marcação das datas das Festas Anuais das Coletividades fazendo referência à coletividade das Trutas e à coletividade de Picassinos informando que quando a coletividade Trutas marcou a data das suas festividades a coletividade de Picassinos ainda não sabia se iria fazer as mesmas. Relativamente ao cancelamento das festividades do Futebol Clube “Os Belenenses”, a coletividade das Trutas foi a primeira a demonstrar solidariedade pois este é um trabalho preparado durante um ano e com esta situação, o Clube de Futebol “Os Belenenses” foram prejudicados no seu trabalho. Parabenizou a ACIMG pela organização da “Noite Branca”, referindo a deslealdade para com as coletividades quando a Câmara Municipal dá todos os apoios bem com um apoio monetário bastante elevado e para as coletividades a Câmara a única coisa que dá são as licenças. Referiu que, entre janeiro e setembro, houve 38 vezes o corte de água na localidade das Trutas e, referiu ainda que, na Rua do Alto Alentejo existe um esgoto a céu aberto. Agradeceu à Câmara terem mantido o sobreiro perto da coletividade das Trutas referindo ainda que, o que ficou prometido não foi cumprido, enumerando as promessas não cumpridas. Fez alusão à falta de recursos humanos no Bombeiros Voluntários, referindo-se aos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria em particular Referiu ainda a falta de pintura e iluminação das passeadeiras e questionou o executivo camarário para quando uma reunião com as coletividades para se fazer um balanço das Festas da Cidade

*A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata.* \_\_\_\_\_ *Anexo 1*

**v v v v v**

**2 – O Sr. Virgílio de Sousa Gregório**, residente na Marinha Grande, que abordou o assunto relacionado com a cultura, referindo que a mesma deverá ser levada a todos os lugares da freguesia. Questionou, tendo em consideração que a Assembleia Municipal é o órgão que fiscaliza a Câmara, quem é que fiscaliza a Assembleia. Referiu ainda que foi falado no PDM, na rotunda do

Pêro Neto e não se falou nos semáforos no cruzamento de Albergaria com a estrada que vai para a Maceira. Referiu ainda que, foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que existem 42 autocarros que circulam entre Leiria e Marinha Grande, informando que muitas das vezes estes autocarros circulam vazios, só com o motorista.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. \_\_\_\_\_ Anexo 2

**vvvvv**

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que referiu, relativamente aos cortes de águas, ao saneamento a céu aberto e às Ruas em questão, informou que ainda este ano irá dar início às obras de requalificação no lugar das Trutas. Em relação à reparação da calçada em frente à coletividade das Trutas, informou que o processo está em andamento mas existe uma parte que é de domínio privado por esse motivo a demora na reparação devida.

**vvvvv**

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves Monteiro** que referiu que relativamente à concomitância do evento Noite Branca e da festa anual do clube de Futebol "Os Belenenses", efetivamente quando se marcam duas festas as pessoas não estão a fazer de propósito é porque não sabem, não calhou ou por outra razão. Mais referiu que este fim-de-semana é sintomático disso pois há várias festas a acontecer e não hoje nenhum ruído em volta das festas como se fez em relação aos eventos da Noite Branca e do Clube de Futebol "Os Belenenses". Mais referiu que se deve ter uma oferta cultural e desportiva diversificada e quanto mais essa oferta existir será melhor para a comunidade. Em relação aos apoios à Associação informou que está a decorrer o processo da candidatura ao financiamento do plano de atividades. No que concerne às Festas da Cidade referiu que as associações foram ouvidas e que irá ser agendada uma nova reunião para preparação das Festas da Cidade'24.

**vvvvv**

Cerca das vinte e três horas e quarenta minutos, o **Presidente da Mesa** apresentou e colocou à apreciação, discussão e votação, os pontos da ordem de trabalhos, incluídos na ordem do dia, conforme previsto no artigo 19º do Regimento. \_\_\_\_\_

---

**ORDEM DO DIA**

---

**vvvvv**

PONTO 1 - **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE n.ºs 04 e 05/2023** \_\_\_\_\_

**O Presidente da Mesa** pôs em apreciação a ata n.º 04/2023 da sessão ordinária de 30 de junho de 2023 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e oito abstenções, por ausência dos deputados na referida sessão, conforme disposto no n.º 3, do artigo 34.º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

**O Presidente da Mesa** pôs em apreciação a ata n.º 05/2023 da sessão extraordinária de 08 de setembro de 2023 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções, por ausência dos deputados na referida sessão, conforme disposto no n.º 3, do artigo 34.º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

**vvvvv**

**PONTO 2 – Apreciação e Aprovação da Proposta do Regulamento Municipal de Ruído do Município da Marinha Grande – Proposta Final** \_\_\_\_\_

“Presente certidão de teor n.º 39/2023/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 18 de setembro de 2023: \_\_\_\_\_

Presente a informação nº 2023/DJ/45 NAC da Divisão Jurídica e respetivos anexos, referente ao assunto em epígrafe. \_\_\_\_\_

Considerando que: \_\_\_\_\_

A) foi dado cumprimento à fase da participação, prevista nos arts. 100º e 101º do Código de Procedimento Administrativo, tendo o projeto de Regulamento Municipal de Ruído do Município da Marinha Grande sido objeto de consulta pública para permitir a possibilidade, ao maior número de pessoas possível, de se pronunciar sobre o mesmo, garantindo-se a sua publicitação na 2ª. Série do Diário da República bem como na Internet, no sítio institucional da autarquia; \_\_\_\_\_

B) Para o efeito de consulta pública foi concedido o prazo de 30 dias, a contar da data da publicação no Diário da República do projeto de regulamento, para que todos os interessados que pretendessem pudessem apresentar as suas sugestões de melhoria do documento; \_\_\_\_\_

C) Nesse âmbito os serviços apenas rececionaram a participação da ACIMG - Associação Comercial e Industrial de Marinha Grande; \_\_\_\_\_

D) Para elaboração da versão final do projeto de regulamento foram apreciadas as sugestões colhidas no âmbito da consulta pública, tendo sido aceites algumas dessas sugestões apresentada, atendendo à sua pertinência; \_\_\_\_\_

E) Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio do ambiente, atendendo ao preconizado na alínea k), do número 2, do artigo 23º do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), na sua atual redação, bem como de competências em matéria de ruído,

conforme decorre do art. 4.º do Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, na sua atual redação); \_\_\_\_\_

F) É da competência da Câmara Municipal, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 33º do RJAL, elaborar e submeter, à Assembleia Municipal, os projetos de regulamentos externos do Município;

G) É da competência da Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa, de acordo com o disposto na alínea g), do nº 1, do artigo 25º, também do RJAL. \_\_\_\_\_

**A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a informação, atenta à atribuição no âmbito do ambiente, atendendo ao preconizado na alínea k), do número 2, do artigo 23.º e da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), na sua atual redação, bem como ao referido pelo art. 4.º do Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, na sua atual redação, concordando com a mesma, delibera aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Ruído do Município da Marinha Grande e submeter o mesmo para apreciação do órgão deliberativo, de modo que o articulado normativo proposto se converta, pela sua aprovação, em Regulamento.** \_\_\_\_\_

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra das Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, que proferiram a seguinte declaração de voto:** \_\_\_\_\_

“Votámos contra porque entendemos que um Regulamento desta importância deve ter também um carácter preventivo o que, claramente, não sucede com o que foi agora aprovado pelo +MPM (coligação composta pelo +Concelho e pelo MPM, é bom lembrar, e que o + Concelho continua a sustentar) e pelo PS, cujos vereadores referem representar os interesses do Partido Socialista no Concelho. \_\_\_\_\_

Entendemos ser um Regulamento que vai para além do próprio Regulamento Geral e que não acautela, claramente, situações que são muito queridas à Marinha Grande, como sejam as manifestações populares e as iniciativas políticas em toda a sua amplitude. \_\_\_\_\_

Por outro lado, surgem questões que chocam com o Regulamento de Taxas e Licenças. \_\_\_\_\_

Não existindo Mapa de Ruído (que, relembramos, é obrigatório), e sendo necessário rever o Regulamento de Taxas e Licenças, entendemos que “começámos a casa pelo telhado”. \_\_\_\_\_

Acresce que é insuficiente o prazo de um ano para que os comerciantes e outros agentes se adaptem à nova realidade, com custos acrescidos que, saídos de uma pandemia e em tempo de uma desmedida inflação, vai criar graves dificuldades ao nosso comércio. \_\_\_\_\_

A acrescer a toda esta reflexão, não foi ouvida a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande (ACIMG) sobre o documento final, o que entendemos um mau princípio, espelhando a normal falta de parceria ente Município e Movimento Associativo. Este Regulamento deveria reunir

um amplo consenso e, nomeadamente, um concertar de posições com esta Associação o que não sucedeu. \_\_\_\_\_

Face a esta apreciação crítica que fazemos, votamos contra o Regulamento Municipal do Ruído.” \_\_

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.”** \_\_\_\_\_

**vvvvv**

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou** a proposta de Regulamento Municipal de Ruído do Município da Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**Esta deliberação foi tomada por maioria com 11 votos a favor, 6 votos contra e 7 abstenções**

**vvvvv**

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que referiu a bancada do PSD não compreende esta limitação do ruído que permite 100 decibéis sendo que o aceitável é de 90 decibéis, propondo a alteração para 90 decibéis como volume máximo.

**vvvvv**

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu que os contributos da bancada da CDU estão perfeitamente alinhados com as intervenções das Vereadoras da CDU, referindo que os contributos dados, numa fase inicial, nem sequer foram considerados. Referiu ainda que, no centro da cidade, existe um problema complexo quanto ao barulho vindo da indústria referindo que, por um lado limita-se o ruído mas por outro lado permite-se que o barulho aumente e se propague. Relativamente aos procedimentos para concessão das licenças especiais de ruído, proíbe a instalação de aparelhos amplificadores de som para a via pública bem como, a proibição de produção de som amplificado, demonstrando preocupação sobre as manifestações de vários níveis, inclusivamente iniciativas escolares, entre outras e que acabam por ser na rua recorrendo a megafones a modificadores. Referiu-se ainda ao tipo de equipamentos específicos exigidos e recordou que, durante a pandemia, o pequeno comércio, os cafés e os restaurantes foram as entidades mais afetadas pela impossibilidade de trabalhar, ficando numa situação muito fragilizada para enfrentarem um aumento de custos generalizado dos produtos. Referiu ainda que, as licenças especiais de ruído terão de ser altamente justificadas e o Presidente da Câmara poderá indeferir ou revogar as mesmas, conforme o descrito no regulamento.

**vvvvv**

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Perfeito (PS)** que referiu este regulamento poderá ser demasiado limitador, demonstrando preocupação pelo curto espaço de tempo que é dado aos comerciantes para adquirirem e instalarem os equipamentos necessários para poderem ter os bares devidamente legalizados. Mais referiu que poderá haver situações de ruído que não são

automaticamente controlados pelos proprietários levando à sua punição por algo que transcende a sua capacidade de controlo.

**vvvvv**

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que o presente Regulamento foi muito discutido e muito conversado estando, o mesmo, baseado na Lei Geral do Ruído e em outros regulamentos existentes. Referiu, ainda, que o presente regulamento foi elaborado pelos Técnicos da Autarquia com a colaboração do Vereador do Pelouro. Relembrou que, aquando da colocação do documento em auscultação pública só uma Associação, que foi a ACIMG, deu contributos. Relativamente ao assunto referente aos decibéis, informou que essa foi uma alteração solicitada pela ACIMG. Mais referiu que este Regulamento não se aplica a eventos políticos. Relativamente aos equipamentos necessários informou que o assunto foi discutido com a ACIMG, sendo solicitado, pelos mesmos, um ano para a implementação do sistema.

**vvvvv**

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que proferiu a seguinte **Declaração de voto**:

**"Declaração de Voto da Bancada da CDU**

Numa altura em que as famílias, os micro pequenos e médios empresários, e o povo em geral se debatem com uma profunda crise e um agravamento das suas condições de vida drástico, com tantos assuntos prioritários, com tantas carências neste concelho, a intervenção do executivo centra-se em proibir tudo e mais alguma coisa como forma de resolver problemas.

O modus não é novo, mas no caso do Regulamento de Ruído levanta-nos algumas preocupações, de resto já levantadas na fase de discussão do projeto:

- não há resposta ou solução para o barulho em volta das fábricas que convivem com habitações? Lembramos, por exemplo, as queixas em volta da Ricardo Gallo, sendo que aí falamos de ruído permanente, audível a vários kms;
- a questão da limitação horária poderá ser atendível, mas a proibição indiscriminada não a acompanhamos. Então as comissões populares não podem ter som? As pessoas não podem manifestar-se com som na via pública? Consta da proposta de regulamento que se proibam os megafones, e qualquer evento que "incomode". Não pactuamos com proibições cegas. Aliás, regulamento entende uma manifestação ou marcha como um mero "evento";
- passa a ser necessário que os estabelecimentos com emissão de música ao vivo e/ou gravada possuam entre outros requisitos, limitadores acústicos nos equipamentos de som devidamente selados pelos serviços do Município ou de entidade contratada para o efeito." - isto significa mais custos, numa altura em que o comércio tradicional dispensa em absoluto neste momento. Está no regulamento um procedimento altamente complexo que obriga a aquisição de equipamentos limitadores de som, isolamento acústico, mais plantas, mais fiscalizações, mais tudo, sem a perspetiva de apoios para este

efeito, isto vai pôr em risco os pequenos negócios, que ainda se debatem com os efeitos consequentes da pandemia, e agora com aumentos de preços, e com a clientela com muito menos poder de compra. Acresce que estas adaptações estão a ser exigidas no prazo de um ano, o que nos parece ainda mais comprometedor do futuro do pequeno comércio.

Por este conjunto de argumentos, e porque não foram atendidas nenhuma das preocupações levantadas pela CDU, nem da ACIMG, votamos contra o Regulamento de Ruído ora proposto.

Marinha Grande, 29 de Setembro de 2023

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Marinha Grande.”

**v v v v v**

### PONTO 3 – **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA** \_\_\_\_\_

**v v v v v**

Tomou a palavra, o **deputado Franclim Ventura (CDU\_PJFM)** que referiu que já se passaram 2 anos sem que a Câmara Municipal tenha cumprido algumas das promessas feitas, referindo que nada foi investido na freguesia da Moita, fazendo alusão a que as obras que estavam iniciadas ou mesmo adjudicado no anterior mandato, referindo algumas das obras, das quais nunca mais nada soube. Mais referiu que o serviço de limpeza diário da extensão de saúde da Moita e o serviço de psicologia de proximidade da freguesia, muito procurado por pessoas de parques recursos financeiros, acabaram por vontade da Câmara. Referiu ainda que os esgotos a céu aberto são um atentado permanente à saúde pública e à paciência de todos os contribuintes da Moita sendo o sentimento, praticamente, unânime de que continuam a ser enganados. Informou que se espera mais um inverno com as crianças das Escolas Básicas e Jardim de Infância ao frio e à chuva não havendo justificativo para tanta espera, tanto adiamento, tanto diz que se faz e não se faz nada, questionando se ainda se poderá alimentar a expectativa criada, às crianças e aos adultos, de virem a ter onde se abrigar das intempéries no ano letivo 2023/2024. Da requalificação das Travessas Padre Franklin, da Rua da Almoinha Velha e Rio Velho nada sabem. Questionou sobre a pretensão da Câmara Municipal relativamente à Casa que foi adquirida no mandato passado, destinada a instalações para a Junta de Freguesia, da construção e manutenção de passeios pedonais nada sabem, sobre uma possível e necessária ciclovia que liga a Moita à Zona Industrial do Casal da Lebre nada sabem, do contrato Interadministrativo nada avança, do Pavilhão Gimnodesportivo, agora com nova versão de pavilhão à medida, não há sinais de alguma coisa avançar e a habitação social é uma miragem.

**v v v v v**

Tomou a palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que referiu ser fundamental salientar, veementemente, o apoio da bancada do PS a todas as iniciativas que tragam valor e dinâmica ao Concelho. Referiu que o evento “Noite Branca 2023” tinha todas as premissas para ser um marco

de sucesso e revitalização para a Marinha Grande, no entanto, a forma como foi conduzida revelou-se uma autêntica trapalhada marcada pela falta de transparência, coordenação e uma falta de planeamento. Mais referiu que a situação se torna ainda mais grave quando a quantia é destinada a uma empresa privada através da ACIMG para organizar todo o evento e explorar espaços de domínio público sem o suporte de qualquer fundamento, bem como a ausência de envolvimento de todos os comerciantes e associações que poderiam trazer valor acrescentado ao evento o que se relevou numa postura exclusivista e contraproducente. Fez referência à comunidade emigrantes e como o +MPM falou da referida comunidade, referindo que o tema da inclusão já foi defendido pela bancada do PS há vários meses nas sessões da Assembleia, mas que ainda não se observa nada que se possa parecer com um plano de integração. Referiu ainda que no centro de saúde as pessoas que estão sem médico de família, neste momento, são pessoas de que vêm de outros países. Em relação às fotos referiu que, neste momento, parece que a página do município não serve para informar mas serve para fazer propaganda referindo-se ao evento em que esteve envolvido e que estava associado ao IPO do Porto, que contou com a presença dos jovens do clube atletismo da Marinha Grande, as senhoras da Liga Portuguesa Contra o Cancro, as crianças da colónia de férias, o jornal da Marinha Grande e outros populares mas o que aparece na página do município é a referência ao Senhor Presidente e vereadores do +MPM, ignorando todo o resto da população presente. Por esse motivo a bancada do PS solicitou uma revisão na forma como a comunicação é gerida para que todos se sintam devidamente valorizados e representados.

**v v v v v**

Tomou a palavra, o **deputado Lino Fragata (CDU)** que referiu a vedação no campo de futebol da Praia da Vieira, que era para ser o estaleiro da arte xávega e não foi utilizado.

**v v v v v**

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Perfeito (PS)** que referiu que o post no Facebook do Sr. Presidente da Câmara relativamente ao aniversário da sua eleição, não coincidem com a realidade da Marinha Grande, realidade essa que se vive diariamente e que nem os relatórios da atividade da Câmara têm explanado, pois quanto a novos projetos em andamento não se conhece nenhum e nem os velhos, como é o caso da piscina municipal, alegadamente há meses a aguardar financiamento bancário, como é o caso da urgente e necessária estrutura condigna para colmatar as inarráveis condições que os cidadãos estão sujeitos para utilizar os transportes públicos rodoviária, como é o caso da habitação social com verba prevista em orçamento e que cuja urgência está, mais uma vez, explanada neste relatório com mais de 400 inscrições de famílias e, até agora, nada foi feito para a sua reabilitação ou construção. Referiu o início do ano letivo como desastroso, complicado e de grande ansiedade para a comunidade educativa. Quanto à Cultura, reconhece a bancada do PS os novos eventos e iniciativas apelativas com a adesão da população

mas, em relação à época balnear, constatou-se o abandono da programação cultural para a cidade da Marinha Grande verificando-se, também, a ausência de eventos no teatro Stephens e pouca dinamização dos museus e biblioteca municipal. Em relação à programação da época balnear nas praias, referiu que a mesma ficou aquém das praias vizinhas sendo pouco apelativa e mal aproveitada no tempo. Sugeriu ainda que se faça a contratação nadadores-salvadores durante o ano inteiro para as principais praias, garantindo assim a segurança da população e diminuindo a dificuldade de contratação destes recursos no Verão. Questionou a Câmara sobre a situação das piscinas municipais, quais são os novos projetos novos que alegadamente existem mas dos quais a bancada do PS desconhece, quantos fogos de habitação social estão reabilitados e colocados à disposição das famílias, como está a evolução do Gabinete para a Inclusão da População migrante, para quando está previsto o procedimento para terminar a obra na Escola da Moita e para quando os contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia.

**vvvvv**

Tomou a palavra, o **deputado Álvaro Cardoso (PS\_PJFVL)** que referiu que na reunião do dia 4 de setembro o Sr. Presidente da Câmara enfatizou a falta de cooperação, articulação e disponibilidade da Junta de Freguesia, por esse motivo referiu alguns dos projetos promovidos pela Junta de Freguesia em cooperação com a Câmara Municipal e outros promovidos pela Câmara Municipal com o apoio da Junta de Freguesia. Referiu-se ao projeto do iodo que, decorrido um ano e meio, apenas foi executado o que era da responsabilidade da Junta de Freguesia, questionando a Câmara sobre o ponto de situação da parte que lhe compete. Questionou, também, o ponto de situação do trabalho articulado e em conjunto, fazendo alusão à reunião de trabalho com a entidade gestora do programa de apoio "Mar2020", em que foi lançado o repto de se avançar, ainda no âmbito deste quadro, com a implementação de circuitos "Origens e Recantos da Praia da Vieira", o circuito de Arte Urbana, a Lota, o Centro Interpretativo de Arte Xávega, os armazéns e equipamentos de pesca, o Mercado das Peixeiras, o Espaço Cultura Avieira - oficina de artes, os passadiços, as embarcações fluviais de turismo marítimo, a canoagem, o observatório de aves, fauna e flora envolvente do Rio Lis mas, os mesmos, continuam no papel sem avançar. Referiu que estes são projetos em conjunto, de cooperação mas que não têm o devido andamento por parte da Câmara Municipal. Referiu ainda o Projeto Filmar, levado a cabo pela Junta de Freguesia, sobre o centenário do nascimento do cineasta António Campos em que a Cinemateca Portuguesa rodou 3 filmes, passados na Praia da Vieira, onde a Câmara Municipal apresentou um projeto financiado no âmbito do Leslie, portanto, com financiamento garantido não tendo a Junta de Freguesia qualquer informação sobre o ponto de situação do mesmo. Ficou o compromisso de a Câmara Municipal reparar a máquina de projeção do Cineteatro António Campos, bem como dotar o mesmo espaço de mais algum equipamento necessário ao seu funcionamento. Referiu ainda os

Mercadinho de Natal e a Passagem de Ano na Praia da Vieira como outros exemplos de cooperação. Questionou ainda sobre o esboço do projeto para a Avenida dos Pescadores. Fez alusão ao encerramento da época balnear a 31 de agosto como um sinal de quem não quer cooperar pois a Junta de Freguesia não foi informada desta situação havendo, inclusivamente, reclamações de alguns veraneantes.

**vvvvv**

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu que foi solicitado, pela bancada da CDU, o Relatório Final das Festas da Cidade'2023 mas o mesmo não foi remetido pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal. Referiu ainda que teve acesso ao mesmo, pois a Vereadora na Câmara Municipal pela CDU fez o favor de lho reencaminhar e, após a sua leitura, constatou que o mesmo é um pouco um parco de informação, nomeadamente de informação financeira, havendo uma série de elementos que não são coincidentes. Mais referiu que o relatório, para fazer sentido e para ser transparente, deveria ser discriminado, pois não conseguiu compreender como foi efetuado o apuramento das receitas obtidas pelas associações, parecendo que tal informação terá sido solicitada diretamente às associações sendo esta situação, no entender da bancada da CDU, uma intromissão na vida do movimento associativo e que tal nunca tinha ocorrido e que extrapola os objetivos de apoio das Festas da Cidade. Referiu ainda alguns parâmetros apresentados para melhoria das Festas da Cidade fazendo alusão à criação de uma zona VIP não percebendo o porquê de uma zona assim numas festas populares organizadas, movimentadas, alimentadas e suportadas pelo movimento associativo. Solicitou informação sobre a reestruturação da TUMG tendo em consideração que a administradora deixou de exercer as funções sendo empossado outro administrador, foi solicitada informação sobre que políticas estão preconizadas, que desenvolvimento está preconizado para atividade da TUMG, obtendo a resposta de que estavam a analisar, estavam a auditar, estão a apurar, continuando, por esta altura, sem perceber o que é que o executivo camarário tem em mente para TUMG, adiantando que as pessoas continuam à espera dos autocarros à chuva, ao sol e ao frio. Com o início do ano letivo o problema dos abrigos continua exatamente igual referindo que o serviço prestado pela TUMG deverá ser apelativo e terá de dar resposta às necessidades porque só dessa forma as pessoas enquadram a TUMG como uma alternativa viável. Referiu ainda a linha 15 que deverá sofrer alterações de horário pois o que está não faz sentido. Alertou para a passadeira que se encontra na Avenida Dr. José H. Vareda, que é muito perigosa, deveria ser alteada com uma lombada, porque trata-se de uma avenida com 3 faixas de rodagem. Em relação às atividades culturais fez diversas sugestões para os próximos eventos. Questionou o executivo se o mesmo estaria a planear o aumento da tarifa da água até ao final do seu mandato.

**vvvvv**

Tomou a palavra, a **deputada Ana Martins (PS)** que referiu que com o início do ano letivo os pais, funcionários da escola, os professores não sabem em concreto como vai decorrer o mesmo, com as turmas da primária com horário indefinido porque as AEC's ainda estão por definir. Ao nível do recurso da plataforma GIAE, a mesma deveria ser para ajudar os pais mas muitos reportam dificuldades no acesso, principalmente no que diz respeito à aquisição dos almoços e carregamentos. Questionou se vai existir a hipótese de carregar na própria escola ou os pais têm sempre de se deslocar à sede de agrupamento se não quiserem pagar a taxa, vai continuar a existir a hipótese de pagarem ao fim do mês juntamente quando receberem a carta com o pagamento das AFF'S e CAF's, como é que vão fazer com as pulseiras, as crianças vão ter de pagar os 5 EUR pelas pulseiras ou é só em caso de quando as perderem e como é que vão estar a atribuir uma responsabilidade de uma pulseira de refeições às crianças? Referiu ainda que foi reportado que em algumas escolas primárias foram deixadas os aparelhos onde as funcionárias irão fazer o registo dos almoços não explicando o seu funcionamento. Ainda referiu que os pais tentam entrar em contato com a Câmara Municipal e ninguém atende, enviam e-mails e não têm respostas não conseguindo assim tratar dos assuntos relacionados com as AFF'S, CAF'S e AEC'S. Questionou que com mais um início de um ano letivo atribulado, mal preparado e ainda coisas por resolver quando é que se prevê a sua normalização e como?

**vvvvv**

Tomou a palavra, o **deputado Carlos Wilson (+MPM)** que referiu que já se passaram 2 anos de governação do +MPM, sendo importante que se faça uma avaliação do desempenho do executivo enaltecendo o que parece ter sido um bom desempenho e naturalmente o que merece toda a atenção nos aspetos a melhorar, fazendo uma comparação do trabalho de 2 anos do +MPM com os 12 do PS. Referiu ainda que em 2 anos o Plano Diretor Municipal apareceu, a bandeira azul foi atribuída à praia de S. Pedro de Moel e Praia Velha, a Carta Educativa foi feita, as Festas da Cidade'23 contaram com a participação de 32 associações do Concelho, a realização do evento "Noite Branca", o Festival do Dia Mundial da Música, o Encontro Municipal de Educação, o arranque da plataforma GIAE, as visitas encenadas por Afonso Lopes Vieira e Amélia Rey Colaço na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, a Festa Popular na Vieira, o Festival do Petisco e o 35º Festival de Folclore da Praia da Vieira, o Festival do Carapau na Praia da Vieira, a Néon Run, o Programa Inside Jovem My Job, o apoio no acolhimento de centenas de jovens para as pré jornadas Mundiais da Juventude, a 17ª edição da Criativarte nos jardins do Bambi, a execução do projeto MgbioUrb Act, o início de execução da obra dos pavilhões e do Centro Interpretativo da Arte Xávega na Praia da Vieira, a Beneficiação da Travessa da Rua da Juventude, a Construção do espaço de jogo e Recreio no campo de jogos na Nery Capucho, a pavimentação das ruas da Moita, o início da execução da obra da ciclovia entre a zona industrial, os mais de 800 projetos resolvidos na seção de obras, a

aquisição do imóvel na Freguesia da Moita para a criação da estrutura residencial para idosos da São Silvestre, a assinatura do auto de consignação da construção da creche da Ivima, a Residência para Estudantes na antiga albergaria nobre, a integração da Casa da Cultura\_Teatro Stephens na rede de teatros e cinemas portugueses, o retomar do cinema na Casa da Cultura\_Teatro Stephens, a primeira edição do Quarteirão Cultural no Jardim Stephens e a implementação, organização e supervisão da Colónia Balnear Afonso Lopes Vieira.

**vvvvv**

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves Monteiro** que prestou as seguintes informações:

**Educação** – Referiu a realização de uma Carta Educativa com uma programação bastante detalhada daquilo que é a intervenção para os próximos tempos. Referiu ainda a importância do documento referindo o investimento realizado este ano na questão das AFF'S, CAF'S e na criação das AEC'S num modelo completamente distinto e muito importante para o desenvolvimento das crianças numa plataforma educativa. Fez referência ao apetrechamento de quatro salas novas, à criação de dois novos espaços de jogo e recreio, à criação de um espaço ciclável para crianças em várias escolas em particular Nery, Capucho e na Guilherme Stephens. Em relação à escola Nery Capucho referiu a reabilitação do ringue das crianças. Fez ainda alusão ao Encontro da Educação, e à reformulação de toda a rede de transportes escolares.

**Cultura** – Referiu que nunca se investiu tanto em Cultura e que nunca se investiu tanto nas atividades culturais das instituições, dando o exemplo do fim-de-semana com cinco iniciativas em simultâneo, todas financiadas pela Câmara Municipal em parte ou na sua totalidade. Em relação às Festas da Cidade'23 informou que foi remetido, aos Srs. Vereadores, o relatório elaborado do ponto de vista técnico, referindo que o mesmo contém mais sugestões para além da criação de uma zona VIP.

**Habitação Social** - Ao nível da habitação social referiu que já tinha feito o ponto de situação.

**Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974** – Referiu que já foram realizadas iniciativas alusivas às Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 e que se está a trabalhar com as Associações e com as Escolas no programa a desenvolver ao longo do ano.

Referiu ainda que muito há por fazer, reforçando que o compromisso que a move nestes 4 anos de mandato é cumprir um programa com o qual o Povo se identificou e, para isso, este executivo está a fazer o melhor independentemente de todos os obstáculos que surgem nas redes sociais, todas as mentiras que circulam na praça pública reforçando que o seu compromisso continua a ser o mesmo, trabalhar, trabalhar, trabalhar até ao fim deste mandato.

**vvvvv**

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

**Tarifa de água** – Informou que a aplicação da tarifa da água depende, essencialmente, da ERSAR.

**vvvvv**

---

**Nos termos do n.º 4 do artigo 39.º do Regimento e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão. \_\_\_\_\_**

---

**vvvvv**

---

Dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do art.º 30.º do RJAL, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão ordinária, pela uma hora e zero minutos do dia 30 de setembro de 2023, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano que a redigi, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. \_\_\_\_\_

---

O Presidente da Assembleia Municipal

Aníbal Manuel Curto Ribeiro

Pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano

(Assistente Técnico n.º 133)



Município da  
Marinha Grande

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**MANDATO 2021/2025**

**ANEXOS**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**29.09.2023**

# **ANEXO 1**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**29.09.2023**



## **ANEXO 2**

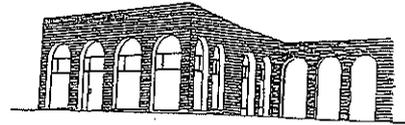
**SESSÃO ORDINÁRIA**

**29.09.2023**

# PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

( artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal )

## AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande  
Assembleia Municipal

Ficha de inscrição nº 2

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 29 de Setembro de 2023 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que ~~autorizo~~/não autorizo (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

Nome:	VIACIU SOUSA GREGÓRIO		
Morada:	[REDACTED]	M. GRANDE	Nº Porta/Lote:
Localidade:	[REDACTED]	Código Postal:	2430-074
Telefone/ Telemóvel:	[REDACTED]	CC n.º:	Validade:
Email:			

### ASSUNTO

(SERVIÇOS PÚBLICOS)

ANEXO:

Marinha Grande 29 de SETEMBRO de 2023

Assinatura

VIACIU SOUSA GREGÓRIO